

**Everton Luiz Zanella**

# **INFILTRAÇÃO DE AGENTES E O COMBATE AO CRIME ORGANIZADO**

**Análise do Mecanismo Probatório Sob o  
Enfoque da Eficiência e do Garantismo**

Curitiba  
Juruá Editora  
2016

---

Visite nossos sites na Internet  
[www.jurua.com.br](http://www.jurua.com.br) e  
[www.editorialjurua.com](http://www.editorialjurua.com)  
e-mail: [editora@jurua.com.br](mailto:editora@jurua.com.br)

---

**ISBN: 978-85-362-5994-9**

**JURUÁ**  
EDITORA

Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900  
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –  
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Por-  
tugal

**Editor: José Ernani de Carvalho Pacheco**

---

Zanella, Everton Luiz.

Z28      Infiltração de agentes e o combate ao crime organizado:  
análise do mecanismo probatório sob o enfoque da eficiência  
e do garantismo./ Everton Luiz Zanella – Curitiba: Juruá, 2016.  
290 p.

1. Crime organizado. 2. Prova (Direito). 3. Serviço  
secreto. 4. Investigações. I. Título.

CDD 345.05  
CDU 343.232

6 0087

---

# SUMÁRIO

---

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>19</b>
<b>1 CRIMINALIDADE ORGANIZADA .....</b>	<b>23</b>
1.1 Breve Histórico das Organizações Criminosas .....	23
1.2 Organizações Criminosas no Brasil.....	29
1.3 Espécies de Organizações Criminosas e suas Características .....	31
1.3.1 Organizações mafiosas.....	33
1.3.2 Organizações criminosas em rede.....	34
1.3.3 Organizações criminosas empresariais .....	36
1.3.4 Organizações criminosas institucionais .....	40
1.4 Conceito Legal .....	42
1.5 Tipificação Penal das Organizações Criminosas.....	45
1.5.1 Tipificação de “organização criminosa” no direito estrangeiro.....	45
1.5.2 Tipificação de “organização criminosa” no direito brasileiro: art. 2º da Lei 12.850/2013 .....	47
1.6 Organizações Terroristas.....	51
1.7 O Direito Fundamental de Proteção Contra a Criminalidade Organizada .....	55
<b>2 TEORIA GERAL DA PROVA NO PROCESSO PENAL.....</b>	<b>61</b>
2.1 Processo Penal Constitucional.....	61
2.2 Sistema Acusatório.....	62
2.3 Princípio do Devido Processo Legal .....	64
2.3.1 Juiz natural .....	64
2.3.2 Ampla defesa .....	65
2.3.3 Contraditório .....	67
2.3.4 Estado de inocência.....	69
2.3.5 Direito ao silêncio .....	70

2.3.5.1	Definição .....	70
2.3.5.2	O interrogatório e o direito ao silêncio .....	71
2.3.5.3	O alcance do direito ao silêncio .....	76
2.4	Prova: Conceito, Objetivo e Classificação .....	77
2.5	Busca da Verdade Real .....	78
2.5.1	Conceito e distinções .....	78
2.5.2	Ônus da prova .....	83
2.5.3	Poder instrutório residual do magistrado .....	86
2.5.4	Sistema do livre convencimento motivado .....	88
2.6	Direito e Restrições à Prova .....	93
2.6.1	A vedação da prova obtida por meio ilícito .....	93
2.6.2	Prova ilícita por derivação, fonte independente e descoberta inevitável .....	96
2.6.3	Utilização da prova ilícita e o princípio da proporcionalidade .....	98
<b>3</b>	<b>PROVAS EM ESPÉCIE .....</b>	<b>107</b>
3.1	Meios de Prova no Código de Processo Penal .....	107
3.1.1	Perícias .....	108
3.1.1.1	Generalidades e o “corpo de delito” .....	108
3.1.1.2	Exame necroscópico e exumação .....	110
3.1.1.3	Exame de lesões corporais .....	111
3.1.1.4	Exame de local dos fatos .....	111
3.1.1.5	Exames laboratoriais .....	112
3.1.1.6	Exames em instrumentos e objetos de infrações penais .....	112
3.1.2	Confissão .....	114
3.1.3	Declarações do ofendido .....	115
3.1.4	Prova testemunhal .....	117
3.1.5	O sistema de proteção às vítimas e testemunhas ameaçadas .....	121
3.1.6	Reconhecimento de pessoas e coisas .....	123
3.1.7	Acareação .....	126
3.1.8	Prova documental .....	127
3.1.9	Prova indiciária .....	129
3.1.10	Busca e apreensão .....	130
3.1.10.1	Natureza e finalidade .....	130
3.1.10.2	Busca domiciliar .....	131
3.1.10.3	Busca pessoal .....	134

3.2	Necessidade de Proteção Eficiente no Combate ao Crime Organizado e seu Reflexo na Produção da Prova .....	135
3.3	Mecanismos de Prova Especiais para o Combate ao Crime Organizado .....	143
3.3.1	Afastamento dos sigilos fiscal, bancário e financeiro .....	143
3.3.2	Acesso direto a dados cadastrais .....	146
3.3.3	Interceptação de comunicações telefônicas e telemáticas .....	146
3.3.3.1	Introdução .....	146
3.3.3.2	Requisitos .....	147
3.3.3.3	Formalização do pedido .....	150
3.3.3.4	Encontro fortuito de provas .....	155
3.3.3.5	Compartilhamento da prova emprestada .....	157
3.3.3.6	Diferença entre interceptação telefônica, gravação unilateral e escuta telefônica .....	158
3.3.3.7	Interceptação das comunicações telemáticas .....	159
3.3.3.8	Interceptações das comunicações telefônicas e telemáticas no direito estrangeiro .....	161
3.3.4	Captação ambiental .....	162
3.3.5	Ação controlada e entrega vigiada .....	164
3.3.6	Colaboração premiada .....	167
3.3.6.1	Introdução .....	167
3.3.6.2	Requisitos para a aplicação e o prêmio do colaborador .....	169
3.3.6.3	Forma .....	171
3.3.6.4	Direitos do colaborador .....	176
3.3.6.5	Colaboração e os crimes contra a vida .....	177
3.3.7	Cooperação entre instituições .....	177
3.3.7.1	Formas de cooperar .....	177
3.3.7.2	Necessidade de avanços .....	179
<b>4</b>	<b>INFILTRAÇÃO DE AGENTES .....</b>	<b>181</b>
4.1	Conceito e Natureza Jurídica .....	181
4.2	Necessária Distinção entre Agente Infiltrado e Agente Provocador ...	183
4.3	Modelo Brasileiro .....	185
4.3.1	Aspectos históricos .....	185
4.3.2	Aspectos procedimentais .....	187
4.3.2.1	Legitimidade .....	187
4.3.2.2	Momento .....	188
4.3.2.3	Pressupostos para ser agente infiltrado .....	190
4.3.2.4	Trâmite sigiloso e decisão judicial .....	193

4.3.3	Requisitos.....	196
4.3.4	O alcance e os limites da decisão judicial.....	199
4.3.5	Prazo.....	201
4.3.6	Relatórios da infiltração.....	202
4.3.7	Cessação.....	204
4.3.8	Responsabilidade penal do agente infiltrado.....	206
4.3.9	Direitos do agente infiltrado.....	211
4.4	Estudo Sistemático da Infiltração de Agentes no Direito Estrangeiro.....	213
4.4.1	Estados Unidos da América.....	213
4.4.2	Itália.....	219
4.4.3	Alemanha.....	220
4.4.4	Espanha.....	221
4.4.5	França.....	224
4.4.6	Portugal.....	226
4.4.7	Argentina.....	228
4.5	Da Teoria à Prática: Trilhando o Caminho para que a Infiltração de Agentes Possa ser Operacionalizada no Brasil com Eficiência e Respeito às Garantias.....	230
4.5.1	Panorama comparativo.....	230
4.5.2	As fases da operação de infiltração de agentes.....	232
4.5.3	Fase pré-infiltração: seleção, treinamento e formação do agente especial.....	233
4.5.4	Fase de infiltração propriamente dita.....	240
4.5.4.1	Plano operacional.....	240
4.5.4.2	Equipe de suporte.....	241
4.5.5	Fase pós-infiltração.....	243
4.6	Testemunho do Agente Infiltrado e Preservação de Sua Identidade.....	244
4.7	A Infiltração de Agentes sob os Enfoques da Eficiência e do Garantismo.....	250
4.7.1	Críticas ao mecanismo de infiltração de agentes e seu necessário contraponto.....	250
4.7.2	A atuação do agente infiltrado e a validade da prova.....	253
4.7.3	Possibilidade de um modelo eficaz e garantista.....	257
	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>263</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>267</b>
	<b>ÍNDICE ALFABÉTICO.....</b>	<b>277</b>